

Subsecretários e Diretores da SEJUSP nas sessões do Conselho, oportuni-
dades em que, seriam recebidos por 20 minutos, dois dirigentes no iní-
cio da sessão matutina e mais dois, no início da sessão vespertina, obje-
tivando-se desferir, entrosar e colaborar com o desempenho da Secretaria - Decisão-CNCP: pela aprovação unânime e informação ao titular da
área; 3º) pelo Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, foi solici-
tado que se constasse desta, em seu nome e em nome da Universidade de
São Paulo, suas homenagens aos festejos atinentes a TOBIAS BARRETO - De-
cisão-CNCP: pela aprovação unânime. II - Comunicação - Pelo Conselheiro
JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, integrante da Comissão incumbida da
coordenação dos trabalhos da Revista do Conselho, foi informado que na
primeira reunião sobre o assunto, concluiu-se pelo seguinte desdobramen-
to dos próximos exemplares: a) apresentação; b) doutrina; c) ementa das
Resoluções-CNCP; e, d) resenha bibliográfica. Face ao exposto o Cole-
giado aprovou proposta do Presidente, no sentido de que as tiragens se-
jam semestrais. A Secretaria Executiva do Conselho ficou incumbida de
encaminhar ao Coordenador, os trabalhos apresentados pelos Senhores Con-
selheiros, no período compreendido entre janeiro a junho do corrente ex-
ercício. III - Expedientes relatados: 1º) Conselheiro EDMUNDO ALBERTO
BRANCO DE OLIVEIRA - a) Processo-MJ-Nº 008000.006042/89-43 - Assunto:
Violência e criminalidade (O Rio Contra o Crime) - VOTO: pelo encaminha-
mento de cópias da publicação constante do processo aos Senhores Conse-
lheiros e remessa de expediente à origem - Decisão-CNCP: pela aprova-
ção unânime e providências pertinentes; b) Processo-MJ-Nº 08000.0051837
89-15 - Assunto: Denúncia de internos da Penitenciária Lemos Brito/BA;
VOTO: pelo encaminhamento da matéria à SEJUSP, nos termos da Resolução
CNCP Nº 06/89; c) Processo-MJ-Nº 08000.005372/89-11 - Assunto: remoção
de preso - VOTO: pelo arquivamento - Decisão-CNCP: pela aprovação unâ-
nime e providências afins; d) ainda pelo Conselheiro EDMUNDO OLIVEIRA,
foi informado que a Comissão "Colônia Agrícola" coordenada por ele, con-
cluiu em sua primeira reunião, solicitar aos participantes da mencionada
da Comissão que lhe enviasse um elenco de questões para que baseado-se
nelas, pudesse elaborar um questionário que será encaminhado às Secreta-
rias de Justiça para serem respondidos pelos Diretores de Colônias Agrí-
colas. 2º) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO - a) Proces-
so-GM-MJ-Nº 01312/89 - Assunto: genitora de condenado a 67 anos de re-
clusão solicita ajuda - VOTO: pelo encaminhamento à Divisão de Inspeção
Penitenciária da SEJUSP, para instruir nos termos da Resolução CNCP
Nº 06/88 - Decisão-CNCP: pela aprovação unânime e providências afins;
b) Processo-MJ-Nº 08000.006198/89-42 - Assunto: progressão de regime
(recurso) - VOTO: pelo encaminhamento à SEJUSP para instruir a matéria
- Decisão-CNCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes; c)
ainda pelo Conselheiro MIGUEL FREDERICO, foi sugerido que a SEJUSP ela-
bore um diagnóstico das dificuldades graves do Sistema Penitenciário, bem
como dos obstáculos mais agudos para a implementação da Lei 7.210/84 e
que, o referido diagnóstico seja informatizado a fim de que possa ser
vir à coletividade e a pesquisadores - Decisão-CNCP: pelo adiamento. 3º)
Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - a) Processo-MJ-Nº 08000.005781/89-
81 - Assunto: Relatório de Inspeção realizada pelo CEPCC/MS, na re-
gião da Grande Dourados - VOTO: "pela aprovação do Relatório e seu ar-
quivamento, oficiando-se ao CEPCC de Mato Grosso do Sul, parabenizan-
do-o pela iniciativa". Decisão-CNCP: pela aprovação unânime e remessa
de expediente à origem; b) Processo-MJ-Nº 08000.006552/89-20 - Assunto:
Palestras proferidas no Rotary Clube de Florianópolis sobre prevenção
e controle da violência - VOTO: "As duas palestras, versando sobre pre-
venção e controle da violência trazem um roteiro que não é de ser des-
prezado pelos que se preocupam com o grave problema da criminalidade nos
centros urbanos e rurais. A curto, médio e longo prazos, estão aponta-
dos vetores para uma política criminal e penitenciária, sendo de desta-
car o afirmado pelo Des. Márcio Medeiros: "Ao contrário do que muitos
sugerem, a exacerbação das penas nada resolveria". Decisão-CNCP: pela
aprovação unânime e remessa de expediente à origem; c) Processo-MJ-Nº
08000.006044/89-79 - Assunto: Moção sugerindo a mudança de local do cum-
primento da pena - VOTO: pelo arquivamento - Decisão-CNCP: pela apro-
vação unânime e acolhimento das manifestações de repúdio propostas pelos
Conselheiros LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MAR-
QUES e JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS. 4º) Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE
MORAES PITOMBO - a) Projeto de Lei Nº 28/87 - Assunto: define o crime
de tortura e dá outras providências - Ementa: "O projeto, sua origem e
estrutura. Anterior preocupação em perseguir e punir a prática de tor-
tura. Necessidade de lei penal que a defina. Preferência, entretanto, pe-
lo anteprojeto do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária"
- VOTO: "E de meu parecer, salvo o juízo dos mais doutos, que o é
arquivo Conselho deveria negar seu apoio técnico ao projeto de Lei do Se-
nado nº 28/87 e reafirmar sua posição, no atinente à tortura, no con-
texto do anteprojeto de lei que introduz, no Código Penal, Título rela-
tivo aos crimes contra o Estado democrático e a humanidade". Decisão-
- CNP: pela aprovação unânime e restituição do processo à origem. b)
Proteção contra a fuga de presos - Ementa: "presos eletrocutados em su-
ga" - Decisão anterior do CNCP: Desutilidade e perigo, no uso de cer-
ca eletrificada. Violação da ordenação jurídica, vista como sistema.
Necessidade de revisão do decidido". Conforme se depreende da ementa
o Relator ao reapresentar a matéria, recomendou a desativação de cerca
elétrica nos presídios e, "a não permissão de outra sorte, que novos
engenhos semelhantes se instalem". Decisões-CNCP: 1ª) pela aprovação
unânime; 2ª) absorção das Declarações de voto dos Conselheiros NILZARDO
CARNEIRO LEÃO e JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, cujos teores, seguem
abaixo transcritos respectivamente: "Certo, pois, o ilustre Conselheiro
Sérgio Pitombo quando posiciona-se pela desativação da cerca eletrifi-
cada, argumentando, essencialmente, com os princípios constitucionais
de respeito à integridade física do preso e mostrando que sua permanen-
cia representa uma afronta e uma exorbitância do Estado na sua obriga-
ção de assegurar aos presos as garantias que assumiu ao tomar para si
um dever funcional - assinado: Nilzardo Carneiro Leão" - "A instalação
de equipamentos de alcance mortal em penitenciárias e edifícios parti-
culares, visando a eliminação do preso ou do eventual assaltante, seria
manifestação lamentável de um certo nacionalismo social ou pragmatismo
penal. Não admite tal corrente que a sociedade passe correr risco no
combate contra o crime. Ora, o risco é inerente tanto na atividade de
linquente como na defesa da sociedade, sob a forma policial ou peni-
tenciária. Cremos que tal posição extrema levanta, na verdade, a um mal
husanismo penal, ou seja, a eliminação radical do preso. - assinado:
José Arthur Alves da Cruz Rios"; 3ª) incumbência ao Relator, no sentido
de redigir Resolução que ensinará a linha geral a ser adotada pelo Sis-
tema Penitenciário Nacional; 4ª) encaminhamento de expedientes perti-